

Superávit fiscal é recorde e vira trunfo de Lula

GAZETA MERCANTIL

27 ABR 2006

Os 4,39% do PIB

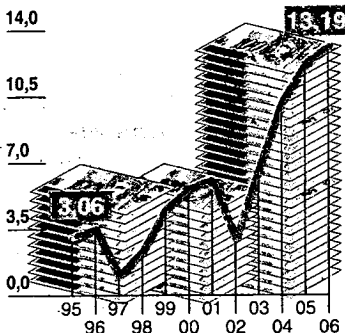
ALTO COMO NUNCA

em março ajudam o governo a responder às críticas de que ele faz gastança eleitoral

FERNANDO NAKAGAWA E DANIEL PEREIRA
BRASÍLIA

A equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem em mãos, desde ontem, um trunfo importante para rebater as suspeitas de que o governo não cumprirá a meta de superávit primário de 4,25% do PIB neste ano eleitoral, que começou sob o signo de gastos crescentes. No mês passado, a economia realizada pelo setor público consolidado — União, estados, municípios e estatais — foi de R\$ 13,186 bilhões, 179% superior a fevereiro e 7,6% maior que a de março de 2005. No acumulado em 12 meses até março, o superávit primário ficou em 4,39% do PIB.

Superávit fiscal primário nos meses de março (em R\$ bilhões)



Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

É o maior valor absoluto para março desde o início da série histórica, em 1991. No mês passado também houve o primeiro resultado nominal positivo desde abril de 2005: R\$ 286 milhões. Ou seja, a economia foi suficiente para pagar a fatura de juros e ainda sobram R\$ 200 milhões. O resultado ajudou a Bovespa a bater o recorde dos 40 mil pontos.

Continua na página A-8

Superávit fiscal é recorde...

27 ABR 2006

Bom resultado das estatais compensou o crescimento das despesas do governo federal

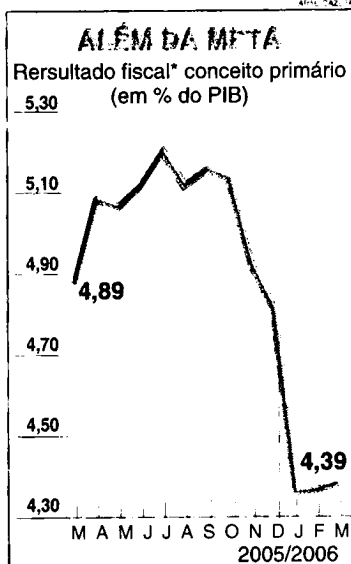
FERNANDO NAKAGAWA E DANIEL PEREIRA
BRASÍLIA

Continuação da página A-1

Tal desempenho deixa o ministro da Fazenda, Guido Mantega, mais confortável em seu esforço em demonstrar ao mercado, sobretudo internacional, que está comprometido com o cumprimento das metas fiscais estabelecidas pelo seu antecessor, Antonio Palocci, como destacou o secretário executivo da Fazenda, Bernard Appy.

Além disso, deixaria claro que a equipe econômica não conta com as restrições de investimentos previstas na lei eleitoral a partir do segundo semestre para realizar uma economia de pelo menos 4,25% do PIB neste ano. De acordo com dados divulgados pelo Banco Central, o superávit primário de janeiro a março foi de R\$ 20,981 bilhões, o equivalente a 4,39% do PIB. O desempenho está abaixo do realizado em igual período do ano passado, quando ficou em 6,32% do PIB. No acumulado de 12 meses encerrados em março, o resultado corresponde a 4,39% do PIB.

Em março, as estatais federais contribuíram com superávit de R\$ 5,354 bilhões, ou 40,6% do resultado. Em março de 2005, elas registraram superávit de R\$ 3,522 bilhões, 28,7% do superávit do mês. Segundo o BC, o salto foi determinado pelos bons lu-



Fontes: BC e Centro de Informações da Gazeta Mercantil. *Em 12 meses

cros, sobretudo da **Petrobras**.

“O aumento da contribuição das estatais era esperado”, disse o chefe do departamento econômico do BC, Altamir Lopes. Segundo ele, há dois motivos principais: o aumento dos dividendos pagos pelas estatais e o crescimento das receitas em março. Ele sinalizou que as estatais podem continuar desempenhando o papel de protagonista do esforço fiscal nos próximos meses. Na conta do setor consolidado, a contribuição delas é praticamente igual ao peso do governo central, que teve resultado positivo de R\$ 5,6 bilhões (42,5% do total do superávit). Já os governos municipais tiveram superávit de R\$ 2,1 bilhões. “Se o governo central não fizer, as estatais farão. E se as estatais não fizerem, o governo central fará.”

Lopes também disse que o Brasil vive uma situação parecida com a de 2002, ano da eleição de Lula. Para ele, a eleição favorece o aumento dos gastos públi-

cos, mas sem que seja comprometida a meta de 4,25%. Naquele ano, o superávit do ano ficou em 3,89% do PIB, pouco acima do objetivo de 3,75%. “Evidentemente, (vamos ter um ano) sem as gorduras do passado. A tendência natural é continuar com resultados próximos à meta.”

Nos últimos dias, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) manifestaram sua preocupação com o forte crescimento dos gastos públicos em pleno ano eleitoral.

PRESSÕES INTERNACIONAIS

Apesar de o Brasil ter se abstido de renovar o acordo com o FMI e de já ter pago toda a sua dívida com o órgão internacional de crédito, o governo manteve seu compromisso de fechar 2006 com um superávit primário equivalente a 4,25% do PIB.

O temor do mercado é que, com as pressões de alguns políticos com interesses eleitorais, o governo afrouxe este ano sua política monetária restritiva e de corte de gastos. Nas últimas semanas, Lula, que deverá disputar a reeleição, aumentou suas viagens pelo país para inaugurar obras e anunciar novos projetos. Além disso, anunciou várias medidas de custo elevado, como reajustes no salário mínimo e nas pensões maiores que os previstos pelos economistas e o aumento dos recursos destinados a programas sociais. As preocupações aumentaram na terça-feira, quando o BC informou que, no primeiro trimestre do ano, as despesas do governo federal subiram 14,5% em relação ao mesmo período de 2005, para R\$ 88,8 bilhões. (Com agência EFE)